

*Brasília, 28 de abril de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## CNN Brasil Online

Segunda-feira, 27 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

**OpenAI rompe exclusividade de tecnologia com a Microsoft ..... 3**

## Jota Info

Terça-feira, 28 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

**Reflexões sobre o Dia Internacional da Propriedade Intelectual ..... 5**

## Migalhas

Segunda-feira, 27 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Dia da Propriedade Intelectual: 30 anos da LPI e desafios no Brasil ..... 9**

## Terra - Notícias

Segunda-feira, 27 de abril de 2026 | Direitos Autorais

**Globo aciona Justiça contra IPTV pirata e expõe rombo milionário; veja ..... 10**

## Correio Braziliense - Online

Segunda-feira, 27 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Lennon vence briga judicial contra viúva de John Lennon; entenda ..... 11**

## BOL - Notícias

Segunda-feira, 27 de abril de 2026 | Marcas

**Taylor Swift entra com pedido para registrar sua voz e imagem para se proteger co... ..... 12**

## UOL Notícias

Segunda-feira, 27 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

**OpenAI rompe com exclusividade da Microsoft para abrir caminho para acordos co... ..... 13**

# OpenAI rompe exclusividade de tecnologia com a Microsoft



A Microsoft está perdendo o acesso exclusivo à tecnologia da OpenAI, abrindo caminho para que a criadora do ChatGPT venda os produtos em plataformas de nuvem concorrentes.

O acordo reformulado, anunciado conjuntamente pelas empresas nesta segunda-feira (27), mantém a Microsoft como principal parceira de nuvem da OpenAI, com uma licença para a **propriedade intelectual** da startup até 2032.

Mas a gigante do software não compartilhará mais a receita dos produtos da OpenAI que vende em nuvem. A receita que a OpenAI deve compartilhar com a Microsoft até 2030 agora terá um limite máximo e não estará mais atrelada aos marcos tecnológicos da startup - incluindo o alcance da inteligência artificial geral, o ponto em que a IA iguala ou supera a capacidade humana.

A mudança visa simplificar uma relação complexa entre a OpenAI e um de seus maiores e primeiros apoiadores.

A aposta inicial da Microsoft na OpenAI permitiu que a empresa implementasse IA em todos os produtos e impulsionou o crescimento das vendas do negócio de computação em nuvem Azure.

Mas as tensões entre as empresas têm aumentado à medida que a OpenAI fecha acordos de nuvem com provedores rivais para garantir mais poder computacional e construir um negócio corporativo que possa competir melhor com a Anthropic, visando um possível IPO.

O Financial Times noticiou no mês passado que a Microsoft estava considerando entrar com uma

ação judicial contra a Amazon e a OpenAI devido a um acordo de computação em nuvem de US\$ 50

bilhões que pode violar seu contrato de exclusividade na área.

Em um memorando interno divulgado pela CNBC, a OpenAI afirmou que a parceria com a Microsoft foi fundamental, mas limitou o alcance da startup no mercado corporativo, acrescentando que a demanda desde o lançamento da OpenAI na nuvem da Amazon tem sido impressionante.

"O novo acordo com a Microsoft foi essencial para o sucesso da OpenAI no mercado corporativo", apontou Gil Luria, analista da D.A. Davidson & Co. "Os clientes corporativos da AWS e do Google Cloud tinham a capacidade de integrar os produtos da OpenAI limitada devido ao relacionamento de exclusividade e agora estarão mais propensos a considerar a OpenAI juntamente com a Anthropic", acrescentou.

As ações da Microsoft subiam 0,29% por volta das 15h55, pelo horário de Brasília.

As ações da Alphabet subiam mais de 2%, enquanto as da Amazon caíam quase 1%.

A Microsoft e a OpenAI também anunciaram em outubro a reestruturação da parceria, removendo as principais restrições à capacidade da startup de captar recursos e garantir acesso a tecnologias computacionais.

Nos últimos meses, a gigante do software tem trabalhado para reduzir a dependência da OpenAI, desenvolvendo os próprios modelos de IA e implementando aqueles desenvolvidos por empresas como a Anthropic nos produtos, incluindo o 365 Copilot para empresas.

A empresa também afirmou que tem enfrentado limitações na capacidade de IA, o que restringiu o crescimento do negócio de nuvem.

"Do ponto de vista da Microsoft, isso significa que ela não precisa construir toda a infraestrutura de data center necessária para a OpenAI, liberando capital para o Copilot e outras capacidades em

---

Continuação: OpenAI rompe exclusividade de tecnologia com a Microsoft

nuvem", sinalizaram analistas do Barclays, considerando a mudança positiva tanto para a Microsoft quanto para a OpenAI.

O fim do acordo de exclusividade pode ajudar a Microsoft a combater a investigação antitruste no Reino Unido, nos Estados Unidos e na Europa

sobre se a parceria com a OpenAI lhe confere uma vantagem injusta nos mercados de nuvem e IA empresarial.

# Reflexões sobre o Dia Internacional da Propriedade Intelectual



Legislações internacionais e a necessidade de a academia brasileira fazer as pazes com a **Propriedade Intelectual**

O dia 26 de abril marca o Dia Internacional da **Propriedade Intelectual**. Instituída em 2000 pela Organização Mundial da **Propriedade Intelectual** (WIPO), a efeméride se refere à data em que a Convenção da WIPO passou a vigorar entre os países membros, em 1970. O objetivo? Servir como mote para aumentar a compreensão geral sobre PI, globalmente[1].

Alguns anos antes da instauração do Dia Mundial da PI, foram promulgadas as principais legislações que tratam dos diferentes direitos de **propriedade intelectual** no Brasil. Dentre elas, e talvez uma das principais, está a Lei de **Propriedade Industrial** (Lei Federal n. 9.279/96), que completa 30 anos em 2026. Na sequência, tivemos a Lei de Direitos Autorais, a Lei de Software e a Lei de Cultivares. Ou seja, naquele momento histórico houve uma renovação e atualização do bojo jurídico que rege a PI no país.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

Mas, se olharmos atentamente, temos a sensação de que paramos por ali mesmo, entre a promulgação das nossas leis e o começo dos anos 2000. Desde então, o cenário continua sendo muito parecido: mesma legislação (foram pouquíssimas e muito pontuais as alterações[2]); mesma fragmentação institucional dentre órgãos de governo e do Judiciário,

como ressaltamos em nosso primeiro texto (aqui); mesmas discussões pontuais dentre círculos específicos.

Nesse intervalo dos últimos 26 anos, outros países e regiões atualizaram suas leis para comportar a 'chegada' da internet, para criar cortes especializadas para patentes, para melhor regular segredos de negócios. Países como China e Índia estão ativamente alterando legislações e demais normativas de **propriedade intelectual**. Na América do Sul, a Argentina tem modificado regras há tempos constituídas e avança para adesão a tratados internacionais administrados pela WIPO, como o Protocolo de Madrid e o Patent Cooperation Treaty (um dos tratados que mais congregam países signatários quando se trata de **propriedade intelectual**).

[caption id="attachment\_607780" align="aligncenter" width="567"] Em azul, estão indicados os países signatários do Patent Cooperation Treaty. A Argentina tem dado sinais de que se tornará o mais novo país signatário ainda esse ano.

Fonte: PCT Newsletter da WIPO (março/2026).[/caption]

No Brasil, fica premente a questão: como é que temos mudanças tão discretas se, praticamente, tudo mudou nessas últimas décadas? Não mereceria a **propriedade intelectual** brasileira um olhar mais atento, provocador e dinâmico?

## O papel da academia brasileira

**Propriedade intelectual** talvez seja um dos ramos do direito menos reconhecido pelas universidades brasileiras em sua unidade e identidade. Estranhamente, e ao contrário de outras jurisdições, a **propriedade intelectual** não tem espaço consolidado na nossa academia. Em outras palavras, as temáticas relativas à **propriedade intelectual** não são reconhecidas como singulares ou dignas de estudo e pesquisas especializadas. Prefere-se segmentar os direitos, dividir as atenções e por vezes não dar nem conhecimento ao tema.

Nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para graduação em Direito, estabelecidas pelo Ministério da Educação (Resolução n. 5 de 2018), a **propriedade intelectual** não encontra espaço nem nas áreas consideradas opcionais para diversificação do curso. Ao contrário, Direito Ambiental, Direito Eleitoral, Direito Esportivo, Direito Agrário, Direito Cibernético, Direito do Consumidor, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Portuário e Direitos Humanos são privilegiados no rol do MEC como exemplos de conteúdos que trazem matérias de importância regional, nacional ou internacional. Este rol, vale pontuar, foi atualizado em 2021.

Como consequência, o estudo e a pesquisa encontram-se fragmentados entre diferentes áreas e departamentos. A mais tradicional (antiquada?) das divisões está entre os departamentos de direito civil e de direito empresarial. Mas há também espaço para parte da **propriedade intelectual** nos departamentos de direito internacional, além de implicações constitucionais, no direito do trabalho e em direitos humanos - nesse caso, são aspectos que ficam no 'limbo' entre a divisão 'clássica' (autoral vs. industrial) e enfrentam ainda mais dificuldades de sistematização e pesquisa.

A atual classificação é a melhor abordagem para a PI brasileira? Os avanços científicos e tecnológicos entre nós e de outros países não justificariam tratamento mais consistente? O que justificaria essa negativa ou resistência na unificação e valorização deste ramo do direito por parte das faculdades? Não deveríamos ter ao menos a recomendação de que **Propriedade Intelectual** fosse matéria de graduação, em um departamento específico?

A ausência de reconhecimento acadêmico consolidado traz consequências práticas. Não há uma visão holística da PI, formulando criticamente melhores estratégias para o tema. Estamos ainda presos na divisão de séculos atrás, que separava o mundo das criações de espírito e o das invenções voltadas à indústria. Carecemos de pesquisa, e falta encorajamento para publicações científicas. Atualmente, não há uma publicação científica brasileira dedicada à **propriedade intelectual**.

O que se vê é uma interlocução fragmentada com outros atores e a limitação das cortes especializadas de alguns tribunais estaduais a temas da Lei de **Propriedade Industrial**. Em debates no Congresso

Nacional, por exemplo, inexiste uma posição da academia. Perdemos assim capacidade de organizar vozes, posições, argumentos e dados sobre questões fundamentais para a economia brasileira e global de nossos tempos.

Esse emudecimento é reflexo do que ocorre no ambiente acadêmico. Dentro da universidade, é preciso reconhecer que não são poucos os temas a serem tratados pelo que seria um 'novo' departamento de PI em uma faculdade de Direito. Leis específicas e órgãos governamentais implicados, inúmeros tratados internacionais (que o Brasil adotou ou pode vir a adotar), além de duas organizações internacionais nas quais o Brasil tem atuação relevante (WIPO e OMC) justificam tratamento mais adequado e espaço próprio de discussão qualificada e ressonância de ideias.

Da mesma forma, são diversos os setores econômicos implicados pelos temas de **propriedade intelectual**, sua aplicação e interpretação. Há, ainda, a necessidade atualíssima de pensar e repensar formas de se posicionar no cenário geopolítico internacional. Se existe um tema que está em todas as mesas de negociação do comércio internacional, certamente é a **propriedade intelectual**.

Desde a década de 70, existe a Organização Mundial da **Propriedade Intelectual**. Com a criação da Organização Mundial do Comércio, o Brasil e o mundo reconheceram mais uma vez a unificação dessa matéria sob um mesmo conceito jurídico e político. Já é tempo de as faculdades brasileiras reconhecerem a PI como unidade em si e dar a ela o tratamento singular que seus debates exigem.

**Inscreva-se no canal de notícias do JOTA no WhatsApp e fique por dentro das principais discussões do país!**

**O que foi assunto em PI e arredores? | março.26**

**Mundo e Brasil.** Relatório da Federação Internacional da Indústria Fonográfica publicado em 19.3[3] indica que o setor musical teve, em 2025, seu 11º ano consecutivo de crescimento, com alta 6,4%. Boa parte do crescimento advém do streaming (69% do mercado), com o modelo de assinatura somando 837 milhões de usuários. Contudo, há uma mudança interessante: América Latina é a região onde a indústria musical mais cresce (17%), com Brasil e México na 8ª e 10ª posições dentre os

maiores mercados. Contudo, valores distribuídos a título de direitos conexos de autor não tiveram aumento significativo (2,9 bilhões de dólares).

**São Paulo.** As três universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp) avançaram na definição de regras para uso da IA em atividades universitárias. A base das diretrizes requer transparência no uso da IA pelos alunos e pesquisadores com indicação detalhada de modelos, sistemas e prompts utilizados. A Unesp, inclusive, publicou Guia[4] para estabelecer o que alunos e docentes podem ou não fazer com a tecnologia. Em todos os casos, existe recomendação de que haja acordo entre alunos e professores no uso das ferramentas, além de incentivo ao uso responsável com olhar específico para revisão humana, aspectos éticos e riscos associados.

**Brasília.** A discussão sobre combate à pirataria e à contrafação foi objeto de audiência pública na Câmara dos Deputados no dia 17.3[5]. Com especial foco aos prejuízos à saúde pública, representantes da sociedade civil discutiram impactos do comércio de produtos irregulares, como medicamentos, bebidas alcoólicas, defensivos agrícolas, sementes e insumos. Em termos de medidas de combate, defenderam-se projetos de lei que tratam de aumento de penas para crimes de violação de marcas e falsificação (PL 3375/24), regulamentação da atividade de agente da PI (PL 3876/24), além do fortalecimento do Conselho Nacional de Combate à Pirataria.

**Califórnia.** O Youtube lançou ferramenta que permitirá a proteção da imagem e demais atributos de personalidade de jornalistas, representantes de governo e candidatos contra conteúdo gerado por inteligência artificial sem autorização. A ideia é identificar tais imagens (como um vídeo que utilize *deepfake* de certo candidato) e sinalizar o conteúdo para o seu titular, que poderá validá-lo ou requerer a remoção junto à plataforma. É necessário que o interessado em proteger sua imagem crie registro junto ao Youtube para permitir uso da ferramenta. Essa funcionalidade espelha outras já existentes para detecção de violação de direitos autorais já disponíveis no Youtube e, da mesma forma, não garante que haverá a remoção de conteúdo apenas pela sinalização do titular[6].

**Brasil.** Exportação da publicidade brasileira bateu recorde em 2025 e gerou 84,7 milhões de dólares

(crescimento de mais de 50% frente a 2024). Dados apresentados pela Associação Brasileira de Produção e Obras Audiovisuais corroboram com dados da ANCINE - Agência Nacional do Cinema. Servi-



ços de produção audiovisual tiveram crescimento de 38%. A publicidade brasileira tem como destino principalmente Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha[7].

---

[1] A cada ano, a WIPO organiza temas e campanhas para divulgação e promoção do Dia Internacional da PI. Em 2026, o tema é "**Propriedade Intelectual** e Esportes: Preparar, Apontar, Inovar". Esta e as demais campanhas de anos anteriores podem ser acessadas em <https://www.wipo.int/en/web/ipday>

[2] A LPI citada contou com alterações em 2024 (Marco Legal de Jogos Eletrônicos); em 2021 (alteração do prazo de patentes e mudanças no regime de licença compulsória para emergências nacionais, em razão da pandemia); em 2001 (mudanças sobre regras sobre patentes, algumas já revogadas em 2021). Já a Lei de Direitos Autorais foi alterada em 2009 (inclusão de direitos de dubladores) e em 2013 (mudanças nas regras de gestão coletiva de direitos, em razão de desdobramentos da CPI do ECAD e de processo administrativo julgado junto ao CADE sobre o mesmo tema).

[3] O relatório completo pode ser acessado em <https://www.ifpi.org/global-music-report-2026-global-recorded-music-revenues-grow-6-4-as-record-companies-drive-innovation/>

[4] O Guia está disponível na íntegra em <https://www2.unesp.br/portal#!/noticias/v/id::42213/unesp-lanca-guia-para-orientar-uso-de-ferramentas-de-inteligencia-artificial-nas-atividades-de-graduacao>

[5] A audiência pública pode ser acessada em <https://www.camara.leg.br/noticias/1254681-entidades-apontam-pirataria-como-problema-de-saude-publica-e-pedem-penas-mais-duras>

[6] Mais informações disponíveis no blog <https://blog.youtube/news-and-events/expanding-likeness-detection-civic-leaders-journalists/>

[7] Mais informações em <https://www.meioemensagem.com.br/comunicacao/exportacao-de-publicidade-atinge-us-847-milhoes-em-2025>



## Dia da Propriedade Intelectual: 30 anos da LPI e desafios no Brasil



No dia 26 de abril, celebra-se o Dia Mundial da **Propriedade Intelectual**, data instituída pela OMPI - Organização Mundial da **Propriedade Intelectual** para reforçar a importância da proteção de criações do intelecto humano no desenvolvimento econômico e social. A **propriedade intelectual** é o alicerce que permite a inventores, artistas e empreendedores colherem os frutos de seu trabalho, incentivando a pesquisa, a inovação e a competitividade.

Neste ano, a data ganha um significado especial para o Brasil: Completam-se trinta anos da lei de **propriedade industrial** (a lei 9.279/1996), marco legislativo que modernizou o sistema brasileiro de

patentes, marcas, desenhos industriais e repressão à concorrência desleal. A LPI representou um salto importante na segurança jurídica oferecida a quem inova em solo nacional. Ao longo dessas três décadas, a lei contribuiu para atrair investimentos estrangeiros, fortalecer a indústria nacional e consolidar o **INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial** como agente central desse ecossistema.

A verdade é que a **propriedade intelectual** nunca esteve tão em alta. Os debates avançam em ritmo acelerado: A inteligência artificial desafia os conceitos tradicionais de autoria e inventividade; a modernização do **INPI** promete reduzir os prazos de exame e aproximar o Brasil das melhores práticas internacionais; a biotecnologia e a economia de dados redesenham fronteiras que pareciam consolidadas. Não se trata mais de um tema reservado a especialistas: a **propriedade intelectual** está no centro das grandes decisões estratégicas de governos, empresas e instituições de pesquisa. O Brasil dispõe hoje de uma base institucional robusta e de um ecossistema de inovação cada vez mais maduro para protagonizar essas discussões. Cabe a todos nós garantir que esse momento de efervescência se converta em progresso real, assegurando que a inovação continue a serviço de toda a sociedade.

Stephanie Consonni de Schryver Sócia da área de **Propriedade Intelectual** de TozziniFreire Advogados.

TozziniFreire Advogados

## Globo aciona Justiça contra IPTV pirata e expõe rombo milionário; veja

Emissora mira plataformas que vendem canais esportivos e pay-per-view por preços baixos e já conseguiu vitórias importantes na Justiça

A Globo intensificou a ofensiva judicial contra operadoras piratas de IPTV que comercializam sinais de canais pagos como SporTV, GloboNews e Premiere por valores muito abaixo do mercado. Segundo informações da Folha de São Paulo, a emissora já obteve decisões favoráveis em pelo menos dois processos e segue com outras ações em andamento.

Esses serviços clandestinos costumam oferecer pacotes com centenas de canais por mensalidades que giram entre R\$ 25 e R\$ 35, utilizando a tecnologia IPTV (**Internet** Protocol Television). Grande parte da procura envolve justamente transmissões esportivas e o pay-per-view do futebol nacional.

Um dos casos mais avançados envolve a plataforma Flix TV. Após investigação interna com apoio da equipe de tecnologia e denúncias de funcionários, a Globo conseguiu identificar o responsável pelo serviço, que vendia cerca de 1.500 canais por apenas

R\$ 29 por mês.

Na primeira instância, o dono do site foi condenado ao pagamento de R\$ 20 mil por violação de **direitos autorais**. Outro processo com resultado positivo envolve a plataforma Control Lip TV. Neste caso, a Justiça autorizou a retirada da página do ar e também determinou a abertura de investigação para localizar os responsáveis pela operação ilegal.

A emissora também move ação contra a chamada Flix Play, acusada de utilizar perfis de grande alcance no X, antigo Twitter, para divulgar e vender seus pacotes ilegais. A Globo solicitou a suspensão dessas contas por violação das regras da plataforma, mas o caso ainda aguarda julgamento.

Outra frente judicial envolve a Nordeste IPTV, que concentrava atuação principalmente na região Nordeste. Em um perfil no Instagram, a empresa anunciava acesso a 2.000 canais por apenas R\$ 25 mensais. A Globo pediu o bloqueio dos anúncios e também uma indenização de R\$ 100 mil.

O principal impacto está no Premiere. Segundo a própria empresa, o serviço sofre um prejuízo estimado em R\$ 500 milhões por conta da **pirataria**.

## L7nnon vence briga judicial contra viúva de John Lennon; entenda



Cantor travou uma batalha judicial contra Yoko Ono por conta de seu nome artístico

O rapper L7nnon obteve uma decisão favorável na Justiça em uma disputa envolvendo Yoko Ono, viúva de John Lennon. Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

Com o entendimento atual do tribunal, o artista está autorizado a seguir utilizando seu nome artístico enquanto o processo continua em análise. Fique por dentro das notícias que importam para você! SIGA O CORREIO BRAZILIENSE NO SIGA O CB NO

A controvérsia teve início após o **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi)** negar o re-

gistro da marca "L7NNON", apontando possível semelhança com o sobrenome Lennon, ligado ao ex-integrante dos The Beatles. A defesa da artista japonesa sustentava que o uso poderia gerar confusão entre o público. Ao recorrer, o cantor brasileiro conseguiu reverter a situação em caráter provisório. Na avaliação dos desembargadores, não há, neste momento, risco concreto de associação indevida entre as duas figuras. Um dos argumentos considerados foi a diferença de público: enquanto L7nnon está inserido no cenário do rap e do trap, John Lennon é historicamente vinculado ao rock, o que diminuiria a possibilidade de confusão. Outro fator relevante para a decisão foi a própria construção do nome artístico. A substituição de letras por números foi entendida como um elemento distintivo capaz de conferir identidade própria ao rapper. Além disso, os magistrados ponderaram os impactos práticos de uma eventual proibição, já que o artista consolidou sua carreira sob essa identidade, e uma mudança poderia acarretar prejuízos profissionais e financeiros. A Justiça também avaliou que a manutenção do nome não compromete a memória nem o legado de John Lennon. Apesar disso, o caso ainda não está encerrado: a decisão é provisória, e Yoko Ono pode apresentar novos recursos ao longo do processo.

# Taylor Swift entra com pedido para registrar sua voz e imagem para se proteger contra deepfakes de IA

## Entretenimento

Por Brad Brooks

27 Abr (Reuters) - A superestrela pop Taylor Swift entrou com pedidos de registro de marca para dois trechos de áudio e uma imagem sua, numa iniciativa que, segundo advogado especializado em marcas, busca proteger sua voz e imagem contra vídeos e áudios deepfake criados por inteligência artificial.

## Relacionadas

Os pedidos foram protocolados na sexta-feira junto ao Escritório de Patentes e **Marcas** dos Estados Unidos e indicam a TAS Rights Management, empresa de Swift, como proprietária dos áudios e da imagem.

Um porta-voz de Swift não respondeu imediatamente a um pedido de comentário nesta segunda-feira, nem os advogados listados nos registros.

Em um dos cliques de áudio, Swift é ouvida dizendo: "Ei, sou Taylor Swift, e você pode ouvir meu novo álbum, 'The Life of a Showgirl', sob demanda no Amazon Music Unlimited".

O segundo áudio diz: "Ei, é a Taylor. Meu novo álbum, 'The Life of a Showgirl', será lançado em 3 de outubro e você pode clicar para salvá-lo para poder ouvi-lo no Spotify."

A imagem que Swift tenta transformar em marca registrada é a dela no palco, com uma roupa de lanterna e uma guitarra rosa na mão.

A imagem e a voz de Swift foram usadas em inúmeros deepfakes gerados por IA -- de propaganda enganosa a falsos endossos políticos e imagens explícitas.

O ator Matthew McConaughey teve registros semelhantes aprovados. Ele disse ao Wall Street

Journal em janeiro que "queremos criar um perímetro claro em torno da propriedade com consentimento e atribuição como norma em um mundo de IA".

O advogado de marcas registradas Josh Gerben, que divulgou pela primeira vez os pedidos de Swift em seu blog nesta segunda-feira, escreveu que eles "foram projetados especificamente para proteger Taylor das ameaças impostas pela inteligência artificial".

"Embora as leis existentes de 'Direito de Publicidade' ofereçam alguma proteção contra o uso não autorizado da imagem de uma pessoa famosa, os registros de marca podem oferecer uma camada adicional de proteção", escreveu Gerben.

O advogado acrescentou que o registro da voz falada de uma celebridade é um novo uso do registro de marca ainda não testado nos tribunais.

"Historicamente, os cantores se baseavam na lei de **direitos autorais** para proteger suas músicas gravadas", escreveu Gerben. "Mas as tecnologias de IA agora permitem que os usuários gerem conteúdo totalmente novo que imita a voz de um artista sem copiar uma gravação existente, criando uma lacuna que as marcas registradas podem ajudar a preencher."

Segundo Gerben, a foto que Swift tenta firmar como marca registrada tem finalidade semelhante.

"Ao proteger um visual distinto, até o macacão e a pose comumente usados por Swift, a equipe de Swift pode obter bases adicionais para fazer reivindicações contra imagens manipuladas ou geradas por IA que evocam sua semelhança", escreveu ele.

(Reportagem de Brad Brooks, no Colorado)

# OpenAI rompe com exclusividade da Microsoft para abrir caminho para acordos com Amazon e Google

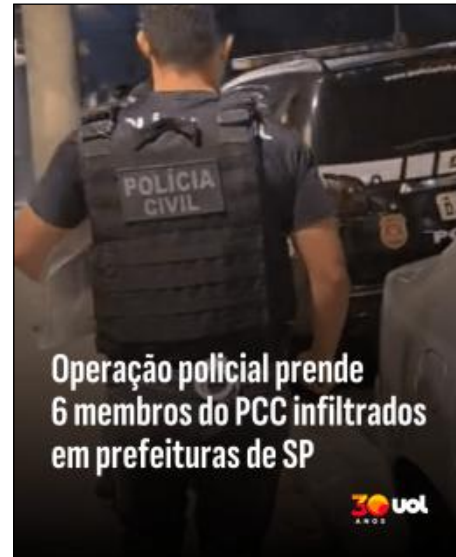


Endrick deixa futuro em aberto e não sabe se voltará ao Real

Por Aditya Soni 27 Abr (Reuters) - A Microsoft está perdendo o acesso exclusivo à tecnologia da OpenAI, abrindo caminho para que a criadora do ChatGPT venda seus produtos em plataformas de nuvem concorrentes, numa mudança radical em uma das alianças ma



Por Aditya Soni



Operação policial prende 6 membros do PCC infiltrados em prefeituras de SP

27 Abr (Reuters) - A Microsoft está perdendo o acesso exclusivo à tecnologia da OpenAI, abrindo caminho para que a criadora do ChatGPT venda seus produtos em plataformas de nuvem concorrentes, numa mudança radical em uma das alianças mais importantes da era da inteligência artificial.



O acordo reformulado, anunciado conjuntamente pelas empresas nesta segunda-feira, mantém a Microsoft como principal parceira de nuvem da OpenAI, com uma licença para a **propriedade intelectual** da startup até 2032.



Continuação: OpenAI rompe com exclusividade da Microsoft para abrir caminho para acordos com Amazon e Google



Com Tarcísio, Flávio visita feira do agro e diz que Lula despreza setor

Continua após a publicidade



Hezbollah usará 'esquadrões suicidas' contra Israel no Líbano, diz site

Mas a gigante do software não compartilhará mais a receita dos produtos da OpenAI que vende em sua nuvem. A receita que a OpenAI deve compartilhar com a Microsoft até 2030 agora terá um limite máximo e não estará mais atrelada aos marcos tecnológicos da startup - incluindo o alcance da inteligência artificial geral, o ponto em que a IA iguala ou supera a capacidade humana.



'Divórcio alpino': o que é o termo usado para casos de abandono em trilhas

A mudança visa simplificar uma relação complexa entre a OpenAI e um âde seus maiores e primeiros apoiadores.



Com Tarcísio, Flávio visita feira do agro e diz que Lula despreza setor

A aposta inicial da Microsoft na OpenAI permitiu que a empresa implementasse IA em todos os seus produtos e impulsionou o crescimento das vendas de seu negócio de computação em nuvem Azure, transformando a empresa em uma das maiores participantes na corrida de alto risco por essa tecnologia.

Continuação: OpenAI rompe com exclusividade da Microsoft para abrir caminho para acordos com Amazon e Google



'Cada coisa no seu tempo', diz auxiliar de Abel sobre retorno de Paulinho

Mas as tensões entre as empresas têm aumentado à medida que a OpenAI fecha acordos de nuvem com provedores rivais para garantir mais poder computacional e construir um negócio corporativo que possa competir melhor com a Anthropic, visando um possível IPO.



Delegado que baleou três mulheres no DF é encontrado morto em área de mata

O Financial Times noticiou no mês passado que a Microsoft estava considerando entrar com uma ação judicial contra a Amazon e a OpenAI devido a um acordo de computação em nuvem de US\$50 bilhões que pode violar seu contrato de exclusividade na área.



Pedro convocou a si mesmo para a Copa do Mundo

Em um memorando interno divulgado pela CNBC, a OpenAI afirmou que a parceria com a Microsoft foi fundamental, mas limitou o alcance da startup no mercado corporativo, acrescentando que a demanda desde o lançamento da OpenAI na nuvem da Amazon tem sido impressionante.

"O novo acordo com a Microsoft foi essencial para o sucesso da OpenAI no mercado corporativo", disse Gil Luria, analista da D.A. Davidson & Co. "Os clientes corporativos da AWS e do Google Cloud tinham a sua capacidade de integrar os produtos da OpenAI limitada devido ao relacionamento de exclusividade e agora estarão mais propensos a considerar a OpenAI juntamente com a Anthropic", acrescentou.

#### DEPENDÊNCIA DA OPENAI

As ações da Microsoft inicialmente caíram 1,3% após a divulgação da notícia, mas estavam sendo negociadas praticamente inalteradas no final da manhã.

Alphabet e Amazon não responderam imediatamente aos pedidos de comentários da Reuters. As ações da Alphabet subiram 1,6%, enquanto as da Amazon caíram 0,6%.

A Microsoft e a OpenAI também anunciaram em outubro a reestruturação de sua parceria, removendo as principais restrições à capacidade da startup de captar recursos e garantir acesso a tecnologias computacionais.

Nos últimos meses, a gigante do software tem trabalhado para reduzir sua dependência da OpenAI, desenvolvendo seus próprios modelos de IA e implementando aqueles desenvolvidos por empresas como a Anthropic em seus produtos, incluindo o



---

Continuação: OpenAI rompe com exclusividade da Microsoft para abrir caminho para acordos com Amazon e Google

365 Copilot para empresas.

A empresa também afirmou que tem enfrentado limitações em sua capacidade de IA, o que restringiu o crescimento de seu negócio de nuvem.

"Do ponto de vista da Microsoft, isso significa que ela não precisa construir toda a infraestrutura de data center necessária para a OpenAI, liberando capital para o Copilot e outras capacidades em nuvem", disseram analistas do Barclays, conside-

rando a mudança positiva tanto para a Microsoft quanto para a OpenAI.

O fim do acordo de exclusividade pode ajudar a Microsoft a combater o escrutínio antitruste no Reino Unido, nos EUA e na Europa sobre se a sua parceria com a OpenAI lhe confere uma vantagem injusta nos mercados de nuvem e IA empresarial.

# Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais .....	8,10
Marcas .....	10
Marco regulatório   INPI .....	7,9
Propriedade Industrial .....	3,4,5,6,7,9
Propriedade Intelectual .....	1,2,3,4,5,6,7,11,12,13,14